OFERTA DE EDUCAÇÃO INFANTIL A ALUNOS DE 4 E 5 ANOS EM UM MUNICÍPIO DE MG

Jéssica Ester Gomes Garcia-jeje_senador@hotmail.com
Érica Maciel - erica.maciel@ufv.br

Curso de Pedagogia
Faculdade Presidente Antônio Carlos de Ubá
Ubá – MG / Setembro - 2014

Resumo

Este trabalho teve como objeto de estudo a oferta de Educação Infantil a crianças de 4 e 5 anos em um Município de Minas Gerais, tendo como base a lei 12.796/2013 que amplia a oferta gratuita e obrigatória de escolaridade a esta faixa etária. Os governos têm um prazo estipulado até 2016 para que comprovem a expansão de acesso à população. Sendo assim, este estudo procurou responder à questão: como o Poder Público de um município do Estado de MG vem se adequando para atendimento aos preceitos legais? Para tanto, delineou-se como objetivo geral desta pesquisa investigar como o Poder Público de um município do Estado de MG vem se adequando às recentes determinações legais, a partir da Lei n. 12.796/2013, para a ampliação da oferta de Educação Infantil a crianças de 4 e 5 anos de idade. Mais especificamente, buscou conhecer a situação real de oferta de Educação Infantil às crianças de 4 e 5 anos no referido município bem como identificar, nas concepções das famílias, se as escolas de educação infantil existentes no município atendem à demanda da população. O estudo baseou-se, metodologicamente, na abordagem qualitativa. Para coleta de dados, foram aplicados 20 questionários a famílias de crianças de 4 e 5 anos, sendo 10 da Zona Rural e 10 da Zona Urbana. Também foi realizada uma entrevista com a atual Secretária de Educação do referido município. Fazendo uma análise comparativa entre as informações obtidas a partir das famílias das crianças de 4 e 5 anos e o discurso da Secretária de Educação, há uma divergência entre estas no que diz respeito ao atendimento da demanda da população. Sendo assim, faz-se necessário um diagnóstico mais preciso, por parte do Poder Público, para identificar as reais necessidades dos cidadãos.
Palavras-chave:Educação Infantil. Pré-escola. Lei 12.796/2013.

Abstract

This work had as its object of study the provision of early childhood education for children aged 4 and 5 years in a city of MG, based on the law 12 796/2013 which extends offer free and compulsory education to this age group. Governments have a deadline until 2016 to prove that the expansion of access to the population. Thus, this study sought to answer the question: How Public Authorities in a city in Minas Gerais state has been adapting to meet the legal requirements? So, we delineated the general objective of this research to investigate how the Government of a municipality in the state of Minas Gerais has been adapting to recent legal decisions from the Law n. 12 796/2013 for expanding the supply of early childhood education for children aged 4 and 5 years old. More specifically, sought to know the real situation of supply of early childhood education for children aged 4 and 5 years in the municipality as well as identifying, on conceptions of families, if existing schools of early childhood education in the county meet the demand of the population. The study was based, methodologically, the qualitative approach. For data collection, 20 questionnaires to families of children aged 4 and 5 years, and 10 from rural and 10 from urban area were applied. An interview with the current Secretary of Education of said township was also performed. Making a comparative analysis of the information obtained from the families of children aged 4 and 5 years and the speech of the Secretary of Education, there is a divergence between those with respect to meeting the demand of the population. Therefore, it is necessary a more accurate diagnosis by the Government to identify the real needs of citizens.
Keywords: Early Childhood Education. Pre-school. Law 12,796 / 2013.

1. INTRODUÇÃO

Durante muito tempo a criança esteve sob a orientação meramente da família, convivia unicamente com os adultos sendo considerada um "adulto em miniatura", sem tratamento específico para a infância. "A duração da infância era reduzida a seu período mais frágil, enquanto o filho do homem não conseguia bastar-se; a criança então, mal adquiria algum desembaraço físico, era logo misturada aos adultos, e partilhava de seus trabalhos e jogos" (ARIES, 1981, p.03).

Desta forma, as primeiras instituições de Educação Infantil eram concebidas como mero ambiente da criança brincar, dormir e comer. "Fatores como o alto índice de mortalidade infantil, a desnutrição generalizada, fizeram com que alguns setores da sociedade, entre eles os religiosos, os empresários e educadores, começassem a pensar num espaço de cuidados da criança fora do âmbito familiar" (PASCHOAL e MACHADO, 2009, p.05).

Atualmente esta etapa da educação caracteriza-se como espaço destinado à construção do conhecimento pelas crianças, à busca da autonomia e da confiança. Cabe, então, aos professores alicerçarem-se profissionalmente, e adotarem uma prática pedagógica que englobe cuidar e ensinar, trabalhando de forma lúdica e prazerosa.

Na legislação atual, a Educação Infantil é a etapa de escolaridade destinada à formação integral das crianças, ação conjunta à formação que ocorre no âmbito familiar. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/96, em seu artigo 29, "a Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até cinco anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade".

A faixa etária a ser considerada como público-alvo desta etapa de escolaridade está prevista na referida lei, em seu art. 30, que determina que a educação infantil será oferecida em creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; e pré-escolas, para as crianças de quatro a cinco anos de idade.

Recentemente, à LDB 9394/96 teve seu texto alterado pela Lei de nº 12.796, de 04 de abril de 2013, ampliando a oferta de Educação Infantil obrigatória e gratuita para os 4 e 5 anos, considerando-se o ano de 2016 como prazo para os sistemas de ensino se adequarem à nova exigência legal.

No texto da LDB 9394/96, o artigo 4º prevê que o dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a "garantia de educação básica obrigatória e gratuita dos quatro aos dezessete anos de idade". Está explícita, portanto, a ampliação de escolaridade

obrigatória e gratuita para a educação infantil, na faixa etária de 4 e 5 anos; já que anteriormente esta oferta estabelecida por lei incidia somente sobre o Ensino Fundamental e Médio, ou seja, a partir dos 6 anos de idade.

Tendo em vista que o prazo para adequação, por parte dos órgãos públicos, deve ser efetivada até 2016, considera-se que este estudo se justifica pela urgência de ações políticas voltadas a esta etapa de escolaridade, pelo poder público municipal, para cumprimento dos preceitos legais. Por isso o meu interesse pela Educação Infantil, muitas vezes renegada em segundo plano pela maioria dos gestores municipais.

Nesse sentido, delimita-se como objeto de estudo a pré-escola, etapa de escolaridade que se destina à faixa etária de 4 e 5 anos. Tem-se como questão a ser desvendada: como o Poder Público de um município do Estado de Minas Gerais vem se adequando para atendimento às mudanças advindas da Lei nº 12.796?

Portanto, o objetivo geral deste estudo foi investigar como o Poder Público de um município do Estado de Minas Gerais vem se adequando para atendimento às exigências impostas pela lei nº 12.796/2013. Mais especificamente, buscou conhecer a situação real de oferta de Educação Infantil às crianças de 4 e 5 anos no referido município bem como identificar, nas concepções das famílias, se as escolas de Educação Infantil existentes no município atendem à demanda da população.

2. Referencial Teórico

No Brasil, nos séculos passados, os primeiros trabalhos com crianças se deram por motivos assistencialistas, pois as mães trabalhadoras não tinham com quem deixar os filhos e acabavam levando estes para as fábricas, o que resultou em grande mortalidade infantil. Como afirma o autor Rizzo,

> criou-se uma nova oferta de emprego para as mulheres, mas aumentaram os riscos de maus tratos às crianças, reunidas em maior número, aos cuidados de uma única, pobre e despreparada mulher. Tudo isso, aliado a pouca comida e higiene, gerou um quadro caótico de confusão, que terminou no aumento de castigos e muita pancadaria, a fim de tornar as crianças mais sossegadas e passivas. Mais violência e mortalidade infantil (2003, p.31).

Com a expulsão das crianças das fábricas, quando esta força de trabalho acaba saindo cara para o capitalista, a instituição de Educação Infantil mostra-se como a solução paliativa para evitar este caos, sendo um lugar propício para o desenvolvimento da criança. Por isso, as empresas construíram instituições para as crianças, mas era um espaço somente para elas dormirem, brincarem e comerem, não se objetivando a aprendizagem.

As primeiras instituições surgem, então, pela preocupação médico-sanitarista. As pessoas responsáveis pelo cuidado das crianças eram exclusivamente mulheres, com baixa qualificação profissional, para atender aos filhos das operárias que trabalhavam nas fábricas.

> Os donos das fábricas, por seu lado, procurando diminuir a força dos movimentos operários, foram concedendo certos benefícios sociais e propondo novas formas de disciplinar seus trabalhadores. Eles buscavam o controle do comportamento dos operários, dentro e fora da fábrica. Para tanto, vão sendo criadas vilas operárias, clubes esportivos e também creches e escolas maternais para os filhos dos operários. O fato dos filhos das operárias estarem sendo atendidos em creches, escolas maternais e jardins de infância, montadas pelas fábricas, passou a ser reconhecido por alguns empresários como vantajoso, pois mais satisfeitas, as mães operárias produziam melhor (OLIVEIRA, 1992, p. 18).

Segundo análise histórica da Educação Infantil:

> As creches e pré-escolas surgiram a partir de mudanças econômicas, políticas e sociais que ocorrem na sociedade: pela incorporação das mulheres à força de trabalho assalariado, na organização das famílias, num novo papel da mulher, numa nova relação entre os sexos. As creches e pré-escolas surgiram depois das escolas e o seu aparecimento tem sido muito associado com o trabalho materno fora do lar, a partir da Revolução Industrial. Nessa época, as crianças iam para a creche somente para comer, dormir e brincar e para cuidar delas precisava somente ser mulher sem nenhum tipo de conhecimento específico (CRAIDY e KAERCHER, 2001, p.15).

Nos dias atuais, a Educação Infantil está voltada à formação tendo como objetivo, conforme a LDB 9394/96, em seu artigo 29, o desenvolvimento integral da criança até os cinco anos de idade, nos seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social. Deve-se, portanto, abrir portas para a valorização das habilidades e o investimento nas potencialidades das crianças. O que implica nova postura por parte dos docentes da educação básica seja na sua didática de ensino em sala de aula, bem como na sua preparação acadêmica. A Educação Infantil ainda tem muitas características decorrentes das práticas pregressas.

> A qualidade do atendimento em instituições de educação infantil no Brasil, devido à forma como se expandiu, sem os investimentos técnicos e financeiros necessários, apresenta, ainda, padrões bastante aquém dos desejados, especialmente na creche, que, historicamente, se caracterizou como um atendimento de guarda para crianças de famílias de renda mais baixa, mas também nas pré-escolas destinadas a essa faixa da população (FERREIRA NETO *et al*, 1998, p. 27).

Pode-se considerar que houve uma expansão da Educação Infantil, mas ainda considera-se estar longe de atingir uma universalização do atendimento escolar nesta etapa de escolaridade. É o que se apresenta como meta do PNE – Plano Nacional de Educação, para o decênio 2011-2020. Este documento, que estabelece metas e estratégias para serem efetivadas em um prazo de 10 anos, através da priorização das políticas públicas, prevê em sua 1ª meta "universalizar, até 2016, o atendimento escolar da população de 4 e 5 anos e ampliar, até 2020, a oferta de Educação Infantil de forma a atender a 50% da população de até 3 anos.

Ao analisar as políticas educacionais voltadas à educação infantil nas últimas décadas consta-se que

> É um direito da sociedade a garantia de vagas na Educação Infantil, significando que, a partir da obediência às leis por parte dos Municípios e um olhar mais atento às propostas do PNE, possamos vir a superar a política de exclusão, historicamente marcada pela diferença de compromisso público com a criança de 0 a 3 anos e de 4 e 6 anos, mais especificamente, superar as desigualdades regionais e socioeconômicas. (VASCONCELLOS, 2005, p.34).

As políticas públicas precisam priorizar a Educação Infantil, promovendo um conjunto de ações que contemplem aspectos relacionados à cobertura do atendimento, às condições de funcionamento e à formação mais ampla para os seus profissionais.

Recentemente, a LDB 9394/96 teve seu texto alterado pela Lei de nº 12.796, de 04 de Abril de 2013, que em seu artigo 4º diz que o dever do poder público municipal com a educação escolar será efetivado mediante a garantia de educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade. Sendo assim, amplia a oferta de educação infantil obrigatória e gratuita para crianças de 4 e 5 até o ano 2016.

Este estudo pretendeu, portanto, analisar essa realidade da Educação Infantil, como também acompanhar esse processo de adaptação do poder público a uma nova exigência legal.

3. Procedimentos Metodológicos

Para o alcance dos objetivos propostos neste trabalho, a abordagem metodológica adotada revestiu-se de um caráter eminentemente qualitativo, uma vez o seu flocos está voltado não tanto para o estudo estatístico da realidade do município pesquisado, mas para a compreensão dos desafios que a Lei de nº 12.796, de 04 de abril de 2013, lança ao poder público para a ampliação da oferta da Educação Infantil.

Considera-se que esse caráter é próprio de um método qualitativo de pesquisas que, segundo Godoy (1995), a partir de um enfoque indutivo (do particular para o geral) tem por finalidade abranger em profundidade o contexto de um problema, ao invés de somente mensurá-lo em números. Para tal abordam-se dados mais de caráter subjetivo, tais como sentimentos, sensações e motivações, que permitem entender o comportamento do indivíduo face à realidade.

Os instrumentos de coleta de dados utilizados foram o questionário constando de questões abertas e fechadas, a entrevista semiestruturada. Segundo Severino (2007), o questionário é um conjunto de questões, sistematicamente articuladas, que se destinam a levantar informações escritas por parte dos sujeitos pesquisados, com vista a conhecer a opinião destes sobre os assuntos em estudo. Já a entrevista compõe-se de questões direcionadas e previamente estabelecidas, com determinada articulação interna. Aproxima-se do questionário, embora sem a impessoalidade deste.

Deste modo, o vetor norteador da pesquisa foi o da observação direta extensiva e intensiva, uma vez que os dados foram levantados através de questionários e entrevista. Conforme Lakatos (1991), os primeiros são instrumentos próprios da observação direta extensiva, numa investigação de campo, que visa somente à coleta de dados panorâmicos sobre a realidade estudada. Quanto à entrevista, diz respeito a um instrumento de coleta de dados da observação direta intensiva, cujo objetivo é o de não apenas perceber os fatos, mas também examiná-los.

O questionário (ANEXO I) foi aplicado a famílias que possuem crianças na faixa etária de 4 e 5 anos, residentes na zona urbana e rural de um município da Zona da Mata do estado de Minas Gerais. Este instrumento de coleta de dados tem por objetivo identificar, nas concepções das famílias, se as escolas de educação infantil existentes no município atendem à demanda da população.

Foram considerados sujeitos da pesquisa 20 famílias, sendo 10 da zona urbana e 10 da zona rural do município estudado. As famílias foram escolhidas de forma aleatória. Ao final

de cada questionário, também foi solicitado que os sujeitos indicassem outras famílias que possuem crianças nesta faixa etária, assim, estes me ajudaram no encontro de outras famílias com crianças nesta faixa etária.

Os dados foram primeiramente tabulados, que possibilitou a realização de uma pré-análise, identificando-se as convergências e divergências nas falas dos sujeitos. Para garantir o anonimato dos sujeitos, as falas das famílias foram identificadas como F1, F2, F3,...

Também foi realizada uma entrevista (ANEXO II), direcionada à atual Secretária de Educação do município, com a finalidade de conhecer a situação real de oferta de Educação Infantil às crianças de 4 e 5 anos no referido município. Teve, ainda, por objetivo investigar como o Poder Público municipal vem se adequando às recentes determinações legais, a partir da Lei n. 12.796/2013, para a ampliação da oferta gratuita e obrigatória de Educação Infantil a crianças de 4 e 5 anos de idade.

Vale ressaltar que este estudo não pretendeu fazer um mapeamento de todas as crianças na faixa etária de 4 e 5 anos existentes no município em questão. Buscou-se identificar, por amostragem sobre a demanda de crianças à pré-escola. Portanto, a população deste estudo são todas as famílias que têm crianças de 4 e 5 anos, número não identificado. Como amostra, o estudo compreende 10 famílias de zona urbana e 10 de zona rural, sujeitos participantes do questionário.

Os sujeitos participantes desta pesquisa receberam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ANEXO III), documento que firma um acordo entre pesquisador e pesquisado, no sentido de resguardar os direitos de ambos, principalmente no que se refere à garantia de anonimato.

O estudo foi realizado em um município localizado na Zona da Mata, na microrregião de Ubá, uma cidade pequena que tem aproximadamente 7.230 habitantes (IBGE, 2010) e uma área de 170 quilômetros quadrados. Antes era um arraial conhecido como Conceição do Turvo, tornou-se distrito em 1841 e em 1938, passou à categoria de Município com o nome atual.

Este artigo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Fundação Presidente Antônio Carlos, através da Plataforma Brasil, sendo respeitados os procedimentos bioéticos, propostos pela Comissão Nacional de Saúde (Resolução CNS n°196/96).

4. Resultados e Discussão

Visando fazer uma identificação do atendimento das crianças de 4 e 5 anos nas escolas públicas do município abordado pela pesquisa, segue a análise dos dados obtidos através dos questionários aplicados a dez famílias da zona rural e dez da zona urbana. Também foram analisadas as concepções da Secretária de Educação do referido município, obtidas através de sua participação em uma entrevista.

Objetivou-se fazer uma triangulação de dados, a partir do cruzamento das informações fornecidas pelas famílias e pela Secretária de Educação, confrontando-os com as contribuições dos autores de referência na área da Educação Infantil e de políticas educacionais voltadas para a infância.

Ao serem perguntadas se as crianças destas famílias estão matriculadas em instituição pública de Educação Infantil, prevaleceu um número maior de pessoas que responderam positivamente, sendo que 11 disseram que sim, das quais oito são da área urbana e três da rural, e as outras nove disseram que seus filhos não estão matriculados. Dessas nove crianças que não estão na escola percebe-se que há uma proporção muito grande da zona rural, sete no total. Esses dados estão apresentados no seguinte gráfico:

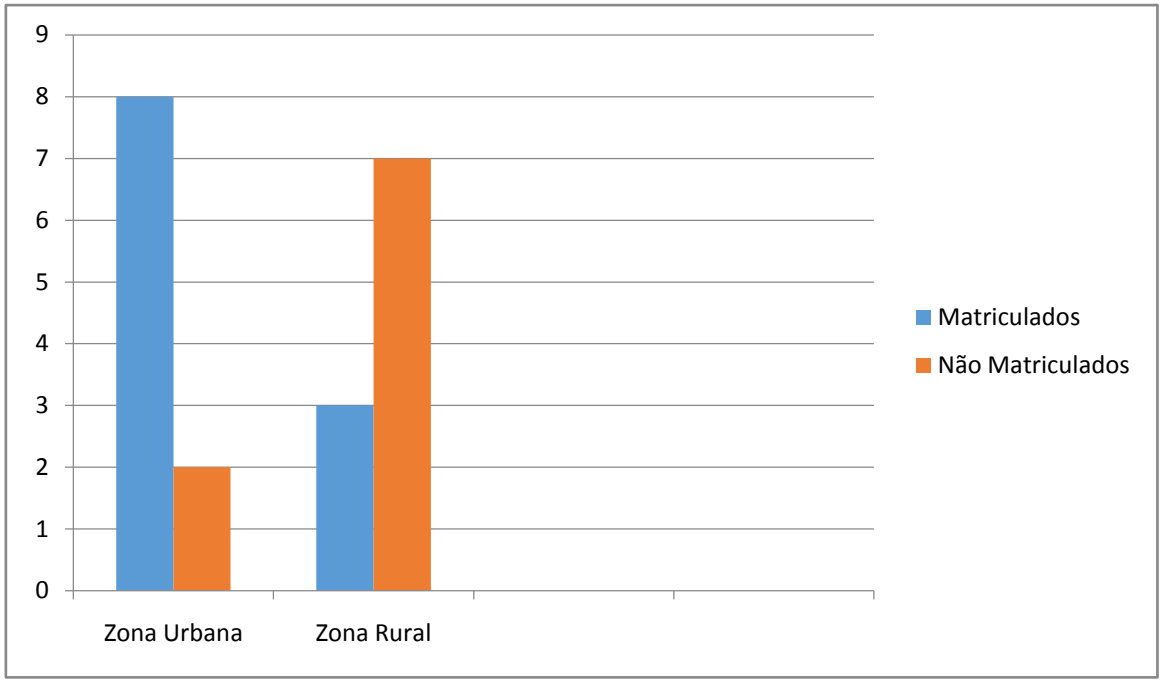

Figura 1 - Crianças matriculadas na Educação Infantil.
Fonte: GARCIA (2014).

A causa de tal distorção diverge entre as famílias. Para as que moram em áreas rurais, os obstáculos que impedem suas crianças de estudarem variam entre concepções de não considerar o estudo necessário para um público tão precoce, ao fato de morarem na roça, onde

não lhes é possibilitado o acesso à educação nos seus vários níveis. Aqui, se evidencia, conforme aponta Arroyo (1999), o descaso por parte do poder público por não trabalhar políticas públicas relacionadas à educação das pessoas que moram no campo, negando-lhes, consequentemente, o direito constitucional à educação nos seus vários níveis, necessária ao seu desenvolvimento enquanto pessoa e cidadão.

Esta concepção é condizente com o que diz Fernandes acerca do acesso das crianças em escolas urbanas e rurais, sendo que até hoje no século XXI, muitas crianças e jovens enfrentam inúmeras barreiras para continuar os estudos, mesmo com o poder publico insistindo em dizer que atende a demanda da população:

> Embora o acesso ao ensino fundamental seja dado como universalizado em todo o Brasil, a persistência das desigualdades educacionais entre as zonas rurais e urbanas faz lembrar os tempos lentos da história. Em pleno século 21, milhares de crianças e jovens enfrentam inúmeras barreiras para continuar os estudos (2011, p.02).

Já as causas da ausência de matrículas de crianças na Educação Infantil apontadas pelas duas famílias residentes em áreas urbanas, diz respeito à grande quantidade de alunos existentes nas salas de aula. Neste sentido, diz uma mãe de uma família da área urbana*: "em meu município só tem uma escola, com uma turma para a idade do meu filho. Optei por não matriculá-lo, principalmente, por ser a escola ser longe da minha residência e pela grande quantidade de alunos na turma" (F7).*

Das onze famílias que têm crianças matriculadas em escola de Educação Infantil, uma usa como meio de transporte para o deslocamento de casa até a escola o táxi, quatro usam o transporte próprio e as outras seis valem-se de ônibus ou micro-ônibus, mantido pelo Poder Público Municipal.

Analisando-se as falas das famílias, percebe-se que nem sempre o serviço municipal de transporte escolar é eficiente, conforme se observa na fala de uma mãe de uma localidade rural. Segundo ela, a *"filha já foi deixada na escola duas vezes, o ônibus parou no devido lugar onde a busco todos os dias, pois ele não vai até onde eu moro por ser zona rural e a minha filha não estava lá, pois esqueceram ela"* (F4).

Ao se interrogar às famílias sobre a satisfação referente ao atendimento feito pelas escolas de Educação Infantil existentes no município à demanda da população, o resultado foi o seguinte:

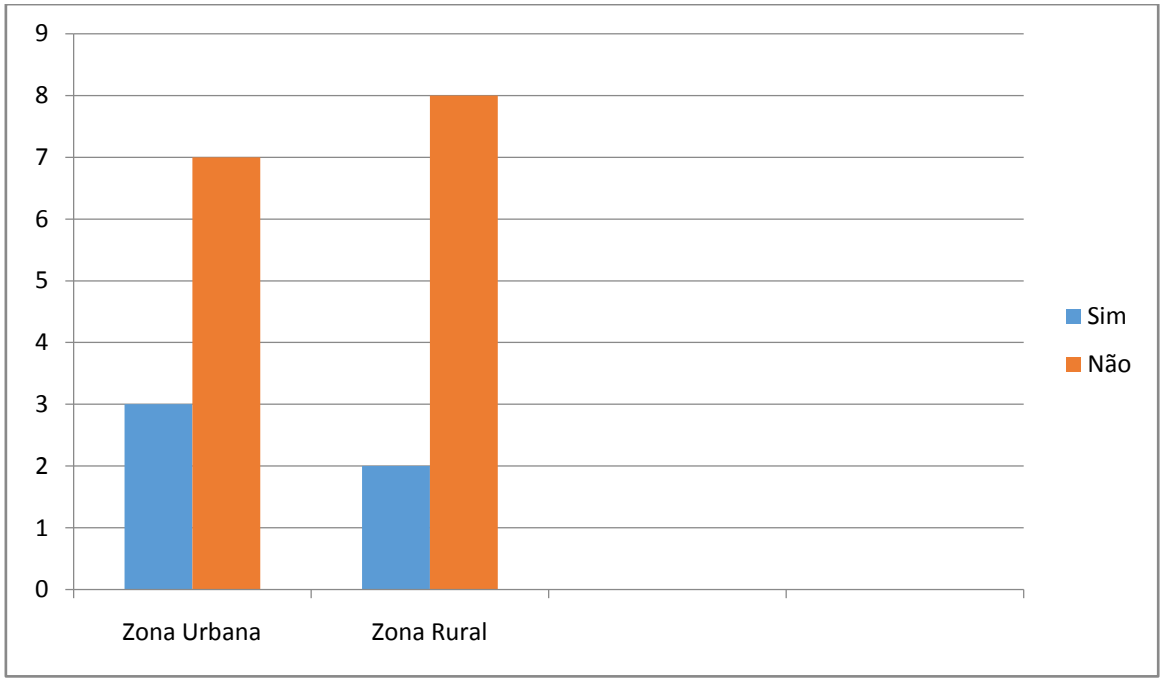

Figura 2– Concepção dos sujeitos sobre o atendimento da demanda pelas escolas de Educação Infantil existentes no município.

Fonte: GARCIA (2014).

De um total de 20 sujeitos participantes, quinze destes consideram que as escolas de Educação Infantil existentes atualmente no município, não atendem à demanda da população. No entendimento destas famílias, uma única escola de Educação Infantil na Zona Urbana e as poucas escolas em todas as Zonas Rurais não conseguem suprir as necessidades do município. Tal posição aparece bem explícita na opinião de uma pessoa da área urbana que foi entrevistada. Segundo F1, *"no meu município só há uma escola pública especializada em Educação Infantil, não sendo suficiente para preparar e capacitar às crianças existentes tanto na zona rural e urbana."*

Tal afirmação contrasta com a fala da Secretária de Educação que, ao participar deste estudo concedendo uma entrevista, afirmou que as escolas existentes já atendem à demanda da população. Segundo a mesma, *"o município já está cumprindo as determinações da lei, oferecendo Educação Infantil e Ensino Fundamental a toda a população"*, referindo-se à lei n. 12.796. Porém, considera-se que a falta de informação das famílias acerca da oferta de escolaridade pelo poder público municipal às crianças pode ser atribuída à não divulgação, por parte deste, sobre a rede de oferta de serviços educacionais existentes no município.

Das cinco pessoas que responderam positivamente que a oferta de escolarização na Educação Infantil existente no município atende à demanda da população, quatro

argumentaram que a instituição é boa e que a cidade é pequena, sendo suficientes as escolas até então existentes. Na fala de uma mãe, esta afirma que não conhece nenhuma criança que não esteja na escola, porém também reconhece não conhecer profundamente as reais condições das pessoas da zona rural do município.

Estes primeiros dados levantados na pesquisa demonstram que o município ainda não está devidamente preparado para se adequar à nova lei n. 12.796/2013. Sendo o intuito da mudança no marco legal da LDB 9394/96 o de melhorar e qualificar a educação do cidadão brasileiro, então será necessário que o Poder Público, nas suas diversas esferas, se esforce para criar condições de materialização dos princípios estabelecidos pela lei educacional.

A entrevista realizada com a Secretária de Educação do referido município teve como foco conhecer a situação real de oferta de Educação Infantil às crianças de 4 e 5 anos no referido município, bem como identificar a existência de ações do Poder Público municipal para se adequar às recentes determinações legais, a partir da Lei n. 12.796/2013, para a ampliação da oferta gratuita e obrigatória de Educação Infantil a crianças de 4 e 5 anos de idade.

De acordo com a gestora, as três escolas de Educação Infantil existentes no município acolhem dez turmas, sendo atendidos 203 alunos na faixa etária de 4 e 5 anos de idade.Vale ressaltar que, destas escolas, uma fica situada na zona urbana e duas na zona rural do município.

Ao ser questionada como é feito o atendimento na zona rural, ela afirma que esta escolaridade acontece através de turmas multisseriadas. No seu entendimento, o município atende à demanda de Educação Infantil das crianças na faixa etária de 4 e 5 anos, residentes no município. *"O atendimento no meio rural é feito com turmas multisseriadas, o município já esta cumprindo as determinações por lei oferecendo Educação Infantil a todos."*

Ainda segundo a Secretária, o município pesquisado já está cumprindo as determinações previstas por lei, oferecendo Educação Infantil e Ensino Fundamental I. Segundo a mesma,

> *"Para garantir o acesso das nossas crianças e adolescentes nas escolas, é oferecido transporte escolar através da Prefeitura Municipal para que frequente as instituições no próprio município. Já é oferecido também transporte para 100% dos alunos que estudam na zona rural ou urbana nas escolas municipais que necessitam de transporte escolar. As escolas estão adaptadas segundo a legislação de acessibilidade, número de alunos por turma, formação dos profissionais e equipe pedagógica (SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO)."*

Fazendo uma análise comparativa entre as falas das famílias de crianças na faixa etária de 4 e 5 anos e as concepções explicitadas pela Secretária de Educação, há uma divergência muito grande. Pois, enquanto esta afirma que o município já está cumprindo as determinações da lei, os dados dos questionários direcionados às famílias apontam que há muitas crianças nesta faixa etária sem escolarização, por morar na zona rural e não residir próximo de uma instituição de educação infantil. Além disso, apontam a ineficácia no transporte que, segundo afirmam, não buscam o aluno próximo à sua residência na zona rural.

A Secretária também afirma que as salas de aula possuem um número adequado de alunos por turma. Porém, uma mãe da área urbana disse que não matriculou seu filho devido à grande quantidade de alunos na turma. Tomando por base os dados fornecidos pela Secretária de Educação, se existem 203 alunos matriculados em 10 turmas, dá uma média de 20 alunos por turma, número considerado alto para as características da Educação Infantil. No entanto, vale ressaltar que a demanda na zona urbana é maior incidindo em uma superlotação de crianças em cada turma.

Outro dado divergente refere-se ao fato da satisfação quanto ao atendimento da demanda da população para a Educação Infantil por parte das escolas do município. Se para a Secretária, o atendimento da rede municipal de ensino é adequado, para 80% das famílias questionadas tal demanda não é bem atendida.

Percebe-se, a partir das análises da entrevista e dos questionários, que há um possível distanciamento entre as concepções do Poder Público Municipal, em relação à sua oferta de serviços no âmbito da educação infantil, e a população com suas demandas e necessidades não totalmente contempladas pelo aparelho educacional do município. Nas entrelinhas deste conflito de posições evidencia-se a existência de um antagonismo de relações de gêneros, que segundo Guarcia Lopes (1997), vai além do mero determinismo biológico entre macho e fêmea, permeando as relações de poder existente entre classes de indivíduos. Mesmo tendo como discurso a oferta de uma educação de qualidade para todos, no fundo, as instituições delimitam, com suas leis e normas, quem tem prioridade no acesso a sistema educacional, bem como deve ser a educação dos vários grupos de pessoas, em vias de se construir modelos diferentes de papéis sociais e comportamentos relacionados aos homens e às mulheres.

Por tanto, torna-se necessário a busca de uma maior aproximação e interação entre estas duas instâncias, Poder Público e população, para que haja a superação deste conflitos de

interesses e o cumprimento do que a lei educacional estabelece, em prol de um ensino de qualidade para as crianças da educação infantil.

Segundo Carneiro (2014), “estamos longe de uma oferta de Educação Infantil para todos, pois ainda temos uma grande debilidade das políticas públicas do país voltada para esta área de ensino.”

Considera-se essencial, portanto, que o Município estabeleça, com a participação da sociedade, um amplo diagnóstico da oferta atual e das principais carências para se alcançar a universalização da educação básica obrigatória.

5. Considerações Finais

O estudo não objetivou fazer um levantamento exaustivo da quantidade de crianças existentes no município na faixa etária de 4 e 5 anos para se identificar qual porcentagem destas está matriculada em escolas do município, mas sim um levantamento de demandas a partir de uma pequena parcela representativa da população.

No entanto, os dados apontaram para um distanciamento muito grande entre o que diz as famílias das crianças de 4 e 5 anos e a atual Secretária de Educação. Percebe-se, a partir da entrevista, que o Poder Público deste município crê que está preparado para atender aos preceitos legais, ao contrário do que as famílias contrapuseram nos questionários.

A Secretaria diz que já é oferecido transporte a todos os alunos, tanto da zona rural quanto urbana e pelo que foi dito pela população isto foge da realidade, pois o transporte escolar não vai até a zona rural, mostrando como até nos dias atuais a população sofre com este distanciamento da cidade.

Os dados apontaram, ainda, para uma desconsideração da situação de superlotação nas salas de aula de Educação Infantil, situação apontada por algumas famílias pesquisadas.

Para atendimento às mudanças estabelecidas pela Lei n. 12.796, espera-se que o prazo de 2016 seja cumprido pelos municípios, considerando-se um ideal de educação de qualidade, que contemple as reais necessidades do público alvo da educação infantil: as crianças, situadas tanto em áreas urbanas quanto rurais.

Referências Bibliográficas

ARIES, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora S.A, 1981.

ARROYO, Miguel: FERNANDES, Bernardo M. **A Educação básica e o movimento social do campo.** Vol. 2. Brasília. BF: articulação nacional por uma educação básica do campo, 1999.

CARNEIRO, Moacir Alves. **LDB fácil:** leitura crítico-compreensiva, artigo a artigo. 22.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CRAIDY, Carmem; KAERCHE, Gládis. **Educação infantil pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed, 2011.

FERNANDES, Elisângela. Desigualdades em campo. In: **Revista Educação**. Disponível em: <http://revistaeducacao.uol.com.br/textos/163/artigo234867-1.asp>. Acesso em: 01 de nov. de 2014.

LOPES, Guarcia. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997
.

GODOY, Arilda S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. In: **Revista de Administração de Empresas**, v 35, n.2, mar./abr. 1995. Disponível em:<http://www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/C03-art06.pdf>. Acesso em: 29 de out. de 2014.

LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1997.

LDB: **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Infantil**, 8.ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2013.

FERREIRA NETO, Augusto *et al*. **Subsídios para credenciamento e funcionamento de instituições de educação infantil**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume_II.pdf>. Acesso em: 19 de out. de 2014.

OLIVEIRA, Zilma Moraes Ramos. Creches: **Crianças, faz de conta & cia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos. **Educação infantil fundamentos e métodos**. 7. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PASCHOAL, Jaqueline Delgado; MACHADO, Maria C.G. **A história da Educação Infantil no Brasil**: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. Disponível em: < http://www.ceap.br/material/MAT14092013163751.pdf>. Acesso em: 14 de Dez. de 2014.

RIZZO, Gilda. **Creche:** organização, currículo, montagem e funcionamento. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SANTOS, Isis Flora. **Como se deu o percurso da educação infantil no Brasil ao longo dos séculos XIX e XX?**. Disponível em: <http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/46IsisFloraSantos.pdf> Acesso em 21 de out. de 2014.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho cientifico**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos. **Educação da infância história e política**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

ANEXO I

Fundação Presidente Antônio Carlos – FUPAC
Faculdade Presidente Antônio Carlos de Ubá
www.ubafupac.com.br

PESQUISA DE TRABALHO DE CURSO
A OFERTA DE EDUCAÇÃO INFANTIL A ALUNOS DE 4 E 5 ANOS EM UM MUNICÍPIO DE MG

I. Identificação

1. Nome: _____
2. Localidade (Nome do bairro ou da comunidade rural): _____
3. Sexo? ( ) Masculino ( ) Feminino

4. Qual o seu grau de escolaridade?

( ) Sem escolaridade
( ) Não sei informar
( ) Ensino fundamental (1º grau) incompleto
( ) Ensino fundamental (2° grau) completo
( ) Ensino médio (2º grau) incompleto
( ) Ensino médio (2º grau) completo
( ) Superior incompleto
( ) Superior completo
( ) Pós-graduação incompleta
( ) Pós-graduação completa

II. Roteiro de questionário

5. Esta criança está matriculada em Escola pública de Educação Infantil no município de Senador Firmino?

( ) Sim. Quantas?: _____ ( )Não

6. Se estiver matriculado, qual o meio de transporte utilizado para o deslocamento de casa até a escola?

( ) Caminhando, pois mora perto da escola;

( ) De ônibus ou micro-ônibus, mantido pelo poder público municipal;
( ) De transporte próprio (carro ou moto);
( ) De transporte coletivo (van), mantido pelos pais;
( ) Outros _____

Se não está matriculada, por quê?

_____
_____
_____
_____

9. Você considera que as escolas públicas de educação infantil existentes no município, atendem à demanda da população? Justifique a sua resposta.

_____
_____
_____
_____

10. Indique, na comunidade, outras famílias que possuem crianças na faixa etária de 4 e 5 anos que possam participar deste questionário.

_____
_____

ANEXO II

Fundação Presidente Antônio Carlos – FUPAC
Faculdade Presidente Antônio Carlos de Ubá
www.ubafupac.com.br
PESQUISA DE TRABALHO DE CURSO

A OFERTA DE EDUCAÇÃO INFANTIL A ALUNOS DE 4 E 5 ANOS EM UM MUNICÍPIO DE MG

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Nome:
_____

1. **Quantas escolas de educação infantil funcionam atualmente no município de Senador Firmino?**
2. **Quantas turmas existem?**
3. **Quantos alunos são atendidos?**
4. **Qual a faixa etária das crianças?**
5. **Como é feito o atendimento no meio rural?**
6. **Você considera que as escolas existentes atendem a demanda de crianças na faixa etária de 4 e 5 anos no município?**
7. **Considerando a mudança da LDB 9394/96, em seu artigo 30,que prevê que até 2016 o poder público municipal deverá atender a todos os alunos entre 4 e 17 anos,com escolarização gratuita e obrigatória, como o município vem se planejando para atender a essa determinação legal?**
8. **Em relação ao tema, há alguma informação que considera relevante e não foi contemplada nas perguntas acima?**

ANEXO III

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

(Atendimento a Resolução 196/96-CNS-MS)

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa **"A OFERTA DE EDUCAÇÃO INFANTIL A ALUNOS DE 4 E 5 ANOS EM UM MUNICÍPIO DE MINAS GERAIS".**

- Neste estudo,pretende-se investigar como o Poder Público de um município do Estado de MG vem se adequando às recentes determinações legais - LDB 9394/1996, que sofreu alterações pela Lei n. 12.796/2013 – para a ampliação da oferta de educação infantil a crianças de 4 e 5 anos de idade. Para tanto, objetiva-se conhecer a situação real de oferta de educação infantil às crianças de 4 e 5 anos no referido município bem como identificar, nas concepções das famílias, se as escolas de educação infantil existentes no município atendem à demanda da população.
- Os questionários serão aplicados a 15 pessoas que tenham crianças de 4 e 5 anos na família, tanto da zona urbana quanto rural.
- Para participar deste estudo você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira;
- Você será esclarecido (a) sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar;
- Poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento;
- A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido (a) pelo pesquisador;
- O pesquisador irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo;
- Você não será identificado em nenhuma publicação que possa resultar desse estudo;
- Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada;
- Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão;
- Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável, por um período de 5 anos, e após esse tempo serão destruídos;
- Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida a você.

Eu,_____, portador (a) do documento de identidade _____, após a leitura do presente Termo, e estando de posse de minha plenitude mental e legal, ou da tutela legalmente estabelecida sobre o participante da pesquisa, declaro expressamente que entendi o propósito do referido estudo e, estando em perfeitas condições de participação, dou meu consentimento para participar livremente do mesmo.

_____ _____
_____ _____
_____ _____
Ass. Sujeito Ass. Pesquisador

Jéssica Ester Gomes Garcia: jeje_senador@hotmail.com
Faculdade Presidente Antônio Carlos- FUPAC- Pedagogia

_____, _____ de _____de 2014